

OS CENTROS COMUNITÁRIOS NO CENTRO DO CONHECIMENTO: (INTER)RELAÇÃO ENTRE OS CENTROS COMUNITÁRIOS E A ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO PORTO

RESUMO

No âmbito do Curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social, na especialização em Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, que integra a oferta formativa da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto desde o ano letivo de 2010-2011, foi desenvolvido um trabalho de investigação na unidade curricular de Educação Social e Desenvolvimento Comunitário, sobre os Centros Comunitários existentes na região Norte do País. Pretende-se partilhar esta experiência e refletir sobre a ligação das instituições de ensino superior às estruturas sociais comunitárias, centrando o conhecimento nos Centros Comunitários. É no contexto da investigação-ação que se enquadra o presente artigo, procurando fundamentalmente contribuir para o debate e a reflexão crítica sobre a ligação do ensino superior politécnico ao tecido social emergente, e sobre as mudanças interoperacionais daí decorrentes.

Partindo da contextualização da iniciativa, inicia-se uma breve incursão pelo 3º setor para enquadrar os Centros Comunitários, seguindo-se uma apresentação do estudo realizado e dos I e II Encontros dos Centros Comunitários. Finalmente, em espaço de conclusão, traçam-se algumas linhas reflexivas sobre o impacto da experiência e apontam-se pistas para futuras investigações neste campo.

INTRODUÇÃO

A história da Educação Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (ESEP) faz-se há mais de vinte anos, formando profissionais nesta área desde 1993 e intervindo diretamente no tecido social desde outros tantos anos, nomeadamente através de projetos sociais, no âmbito da formação de Educadores Sociais (Licenciatura e Mestrado), desenvolvidos em cooperação com outras instituições (Instituições do 3.º setor, Escolas, Autarquias, Institutos de Segurança Social, entre outras). O Mestrado em Educação e Intervenção Social, com duas especializações (Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos; Ação Psicossocial em Contextos de Risco) surgiu na sequência da reestruturação da licenciatura bietápica em Educação Social, em 2006, exigida pelo cumprimento da Declaração de Bolonha. A criação deste novo ciclo de estudos sustentou-se no conhecimento adquirido na área científica específica do Mestrado e na preocupação em dar resposta, adequada e oportuna, à formação de profissionais intervenientes e reflexivos, numa perspetiva de formação permanente.

Os projetos sociais desenvolvidos pelos/as estudantes em formação, no âmbito das práticas integradas e dos estágios, são uma das vertentes de concretização da ligação do ensino superior politécnico às estruturas sociais, promovendo a inovação, a especialização e a interdisciplinaridade, tendo impacto regional evidente e qualificando a formação dos estudantes em contexto profissional. Nesta linha, os Centros Comunitários (C.C.) têm assumido, a par de outras respostas sociais, lugar de destaque para o desenvolvimento de projetos sociais supervisionados pelos profissionais no terreno e por professores da ESEP, considerando que a sua missão integra a visão de uma educação social que visa o desenvolvimento e a prevenção da exclusão.

A formação dos educadores sociais exige, desejavelmente, uma ligação à realidade social, de modo a que teoria e prática ganhem sentido e atualidade, num processo de experientiação, experimentação, conhecimento e transformação permanentes, em caminhos metodologicamente enquadrados pela investigação-ação participativa. Esta aproximação às pessoas, às instituições, às comunidades, tem impacto na formação de profissionais

Bertão, Ana
Mendes, Ivaneide

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto

Carvalho, Maria João

Centro Social Paroquial de Santa Eulália – Vizela

anabertao@ese.ipp.pt; ivaneide@ese.ipp.pt; mjoaoc@gmail.com

Palavras-chave

Educação e Intervenção Social, Centros Comunitários, Terceiro Setor, Ensino Superior Politécnico

mais envolvidos, interessados, implicados e, sobretudo, com maior consciência das dificuldades da intervenção social, com maior capacidade crítica e de inovação, eticamente informados, diminuindo o risco de tecnicização do trabalho social. Ficam garantidas, assim, a ligação do conhecimento à vida e a interação entre os domínios da teoria e da prática.

Ora, no contexto histórico, económico, político e social atual, a intervenção social integrada na linha do desenvolvimento comunitário ganha contornos cada vez mais importantes. É também neste contexto complexo que a intervenção local e de proximidade é essencial para responder adequadamente às necessidades das pessoas, permitindo o seu pleno desenvolvimento e bem-estar. Esta intervenção será mais adequada e útil quando integrada em projetos locais, concebidos a partir do interior das comunidades, e sustentados pelo conhecimento profundo das mesmas.

Assim, a intervenção social deverá assentar numa visão holística da realidade, não fragmentada, num olhar permanente sobre os sujeitos em interação e em contexto, partindo dos interesses, das oportunidades e dos problemas reais das pessoas, ética e teoricamente fundamentada. Esta ação far-se-á com as pessoas, sujeitos particulares e grupos, interventores nos campos gravitacionais específicos das dinâmicas criadas, atores e autores das suas histórias, no passado e no presente e, portanto, os protagonistas das mudanças e das transformações exigidas no futuro, galvanizando-se mutuamente. Neste sentido, as estruturas sociais, os grupos e as alianças participadas poderão ser o motor de processos de mudança capazes de suprir necessidades e de resolver os problemas das pessoas, tendo por base a cooperação, a união, a solidariedade e o bem-estar coletivo.

Para formar profissionais reflexivos neste domínio de atuação, a ligação da Escola à Comunidade e do estudante investigador à vida das pessoas, indivíduos e grupos, é imprescindível como garante de uma aprendizagem mais interessada e integrada, diversificando os contextos de aprendizagem e facilitando simultaneamente o desenvolvimento de competências investigativas e de intervenção no domínio da formação.

Nesta linha, incentivaram-se os/as estudantes do 1.º ano do Curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social (MEIS), da especialização de Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos (DCEA), a conhecer o papel dos C.C. enquanto resposta social integrada dirigida às necessidades, particulares e globais, das pessoas, das famílias e das comunidades. A pesquisa incidiu nos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo e Bragança. Após o levantamento e análise das primeiras informações, os/as estudantes sugeriram a realização de um encontro para partilha dos dados recolhidos. Tratou-se de uma oportunidade para se conhecer o trabalho das diversas instituições e para que os diferentes C.C. refletissem sobre as suas práticas.

OS CENTROS COMUNITÁRIOS: UMA RESPOSTA DO TERCEIRO SETOR

Em Portugal, o terceiro setor tem sido amplamente reconhecido, sendo caracterizado, sobretudo por entidades próprias como as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e as Misericórdias (Soares, 2011). Estas instituições assumem um papel significativo, na medida em que visam combater o desequilíbrio social e preencher as lacunas do Estado, através de respostas sociais que procuram corresponder às necessidades concretas da população, numa lógica de proximidade e de efetivo recurso às carências e urgências locais. Correspondem a entidades que desenvolvem um trabalho, gerando uma maior oferta social a um menor custo para o Estado, graças ao seu forte poder de intervenção e de apelo à participação cívica das pessoas e das comunidades. Representam recursos fundamentais no apoio à família, à infância e juventude, aos idosos, às pessoas com deficiência e a toda a população necessitada, desenvolvendo ações que visam a integração e o desenvolvimento comunitário (Instituto da Segurança Social [ISS], 2013).

O valor destas instituições para a sociedade torna-se cada vez mais visível ao verificarmos que a própria Constituição da República Portuguesa (CRP) faz referência a estas entidades (Soares, 2011), assim como as Leis de Bases da Segurança Social (LBSS, Lei n.º 4/2007), que postulam no artigo 32, n.º 1 que “o Estado apoia e valoriza as Instituições Particulares de Solidariedade Social e outras de reconhecido interesse público, sem carácter lucrativo, que prossigam objetivos de solidariedade social” (Pousado, 2012, p. 7).

A própria Lei Orgânica e os Estatutos do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS) (Decreto-Lei n.º 214/2007, de 29 de maio, e Portaria n.º 638/2007, de 30 de maio), estabelecem que cabe ao Estado exercer ação tutelar sobre estas instituições. Esta ação tutelar é evidenciada através de protocolos assinados entre as instituições e o Estado, denominados de Acordos de Cooperação, que podem ser revestidos de uma das três modalidades: acordos típicos, acordos atípicos e acordos de gestão. Estes acordos de cooperação estão estreitamente ligados à política de

transferências públicas, a principal forma de subsistência destas entidades não lucrativas (Lei n.º 4/2007, art.º 89.º de 16 de janeiro).

As instituições do terceiro setor sujeitas à tutela do Estado desenvolvem, na sua maioria, respostas sociais definidas pelo Ministério da Segurança Social, entre as quais estão os C.C. (<http://www4.seg-social.pt/>).

O C.C. é uma resposta social atípica para pessoas e famílias de uma determinada área geográfica, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido (ISS, 2014, p. 7).

Para Bonfim, Saraiva, Curto, Abrantes e Ferreira (2000), o C.C. é uma resposta local para os problemas reais das pessoas, numa lógica de desenvolvimento, inclusão e prevenção, “assumindo-se também como agente dinamizador da participação das pessoas, famílias e grupos sociais, factor de desenvolvimento local, social e de promoção da cidadania” (p. 5). Ora, para isso, na opinião dos mesmos autores, as ações dos C.C. deverão ter como princípios:

- **Eleger a pessoa e a família** como primado das ações e protagonistas essenciais do seu desenvolvimento;
- **Recusar a visão parcelar** dos problemas para privilegiar a abordagem global da comunidade;
- **Privilegiar o trabalho em rede** pela via da articulação institucional, constituindo, ao nível de um determinado território, um sistema de parcerias na base da co-responsabilidade e da cooperação, via para a rentabilização e potenciação de recursos.

A (INTER)RELAÇÃO DA ESEP COM OS CENTROS COMUNITÁRIOS DO NORTE O ESTUDO: PROCEDIMENTOS INICIAIS

Considerando a importância e a diversidade do trabalho desenvolvido pelos C.C., no âmbito da disciplina Educação Social e Desenvolvimento Comunitário, do MEIS da especialização DCEA, foi dirigido um convite ao Centro Social Paroquial de Santa Eulália – Vizela (CSPSEV) para um técnico estar presente numa aula e partilhar com os alunos o trabalho desenvolvido no C.C. desta instituição. Durante a aula, foram sendo percebidas algumas lacunas no campo da sistematização das práticas, e a necessidade de maior aprofundamento científico e de uma avaliação mais reflexiva sobre as ações deste centro com a comunidade local. Este foi o ponto de partida para a investigação, que foi sendo planeada em reuniões de trabalho, com os estudantes e os intervenientes do CC.

Nesta primeira fase privilegiou-se a observação participante, a análise de documentos e as conversas intencionais, o que permitiu sistematizar o trabalho deste centro em cinco principais áreas de intervenção: Educação/Formação; Ação Social e Psicossocial; Animação Sociocomunitária; Desporto e Qualidade de Vida; e Voluntariado. Contudo, os intervenientes sentiram que não havia informação sobre o trabalho de outros centros que pudesse servir de referência para avaliar a atuação do C.C. do CSPSEV. Surgiu, então, a necessidade de conhecer melhor a realidade destas respostas sociais.

Os/as estudantes da primeira edição do mestrado (2010-2011) mobilizaram-se e partiram para investigar e explorar o trabalho desenvolvido pelos C.C. do Norte do país, com o duplo objetivo de conhecer e de transformar a realidade, disponibilizando-se para a construção de um conhecimento que fosse útil. Acreditavam, de acordo com Muñoz (2009), que o ensino superior deverá não só

preparar profissionais competentes para ação inteligente, mas também profissionais humanos. Não só profissionais solitários, mas sim, os membros conscientes, dispostos e capazes

de pertencer as comunidades em cujo seio exerce o seu trabalho discutindo e partilhando propósitos, coordenando ações, dialogando e experimentando, desenvolvendo o sentido de pertença e compromissos éticos que definem os grupos profissionais responsáveis (p. 75).

ASPETOS METODOLÓGICOS E SEGUNDA FASE DA INVESTIGAÇÃO

Esta investigação desenvolveu-se sob o paradigma sócio-crítico, que considera que nenhuma realidade pode ser compreendida sem confrontar as condições ideológicas, políticas e históricas subjacentes, e através da investigação-ação (IA), uma metodologia de natureza praxiológica, que “implica planear, actuar, observar, reflectir mais cuidadosamente aquilo que se faz no dia-a-dia, no sentido de induzir melhorias nas práticas e um melhor conhecimento dos práticos acerca das suas práticas” (Zuber-Sherritt, 1996, citado por Coutinho, 2013, p. 368). Ao mesmo tempo, esta metodologia favorece a “curiosidade epistemológica” dos sujeitos, de forma a impulsionar igualmente a avaliação crítica da prática, permite agir “reflexivamente sobre a realidade, para a sua transformação num determinado sentido e intencionalidade, resulta no crescimento interactivo dos sujeitos singulares e dos colectivos que contextualizam essa interacção” (Nunes, 2008, p. 2),

A segunda fase desta investigação foi meramente quantitativa, visando a obtenção de dados para o estabelecimento de contacto com as instituições. As informações acerca das instituições que tinham o C.C. como resposta social foram recolhidas, durante o mês de março de 2011, através da Carta Social 2011, divulgada no site da Segurança Social (<http://www.cartasocial.pt/index1.php>). Constatou-se, então, a existência de 42 C.C. na região Norte, estando a sua maioria localizados no distrito do

Porto (78.5%), seguindo-se Braga (16.7%), Viana do Castelo e Bragança (2.4%, cada). Importa referir que Vila Real não possui instituições com esta resposta social.

Posteriormente, dirigiu-se a todos os centros um convite, por carta, para participarem num levantamento mais específico de informações sobre a natureza das suas intervenções. Considerando o papel que estes centros têm no campo da animação comunitária, dinamizando a vida social e cultural das comunidades e promovendo a inserção social de pessoas e grupos mais vulneráveis, construiu-se uma grelha de caracterização dos C.C., baseada na regulamentação existente e na realidade do C.C. do CSPSEV, que incidia nas cinco áreas já sistematizadas. A grelha de caracterização incluiu, intencionalmente, um espaço destinado à identificação e caracterização de um dos projetos de cada um dos C.C. para partilhar num provável encontro, a fim de conhecer e refletir em conjunto as ações desenvolvidas.

Após o envio das cartas por correio, as instituições foram contactadas diretamente por telefone ou por e-mail. Do total das 42 instituições, 30 manifestaram interesse no preenchimento da grelha (28 devolveram a grelha preenchida; 2 não a devolveram), 4 não quiseram preencher e 8 não se conseguiu contactar. Houve 100% de participação das instituições do distrito de Braga (7) e de Viana do Castelo (1); 20 dos 34 C.C. do distrito do Porto enviaram a grelha de caracterização preenchida, e o único C.C. existente no distrito de Bragança não participou no estudo.

A REALIDADE DOS CENTROS COMUNITÁRIOS

Após organização e análise dos dados, verificou-se que, das 28 instituições que devolveram a grelha preenchida, 71.4% desenvolvem projetos na área da Animação Sociocomunitária, 75.0% em Formação e Educação, 64.2% em Apoio Social e Psicossocial, 53.5% em Desporto e Qualidade de Vida e 35,7% em Voluntariado. Importa referir que 89.3% dos C.C. apresentam projetos em mais do que uma área, sendo que 42.8% desenvolvem projetos em mais de quatro áreas elencadas.

Há um reduzido número de C.C. e a maioria situa-se em contextos com elevada densidade populacional, perto de pólos universitários, e desenvolvem a sua ação junto de populações com condições socioeconómicas desfavorecidas. Analisados os dados, verificou-se que os C.C. desenvolviam 183 projetos distintos: 30.0% em Animação Sociocomunitária, 26.6% em Formação e Educação, 28.4% em Apoio Social e Psicossocial, 9.8% em Desporto e Qualidade de Vida e, apenas, 6.0% em Voluntariado. De sublinhar que 46.5% (n=13) não promove atividades na área do Desporto e Qualidade de Vida e 64.3% (n=18) não apresenta projetos na área do Voluntariado, embora a Educação para a Saúde esteja na agenda política, e 2011 tivesse sido o Ano Internacional do Voluntariado (Figura 1).

Divididos em pequenos grupos, os/as alunos/as estudaram pormenorizadamente cada área de intervenção, analisando a informação recolhida e contactando telefonicamente as instituições para esclarecer dúvidas. No final, cada grupo de estudantes produziu um artigo científico e um póster por cada área estudada, num total de cinco artigos e cinco pósteres: os artigos constituíram um dos elementos de avaliação da unidade curricular de Desenvolvimento Comunitário e Educação de Adultos, sendo objetivo do CSPSEV a sua publicação; os pósteres foram expostos durante a realização do “I Encontro dos Centros Comunitários do Norte”, constituindo um espaço privilegiado de partilha e de reflexão. Com base nos projetos escolhidos pelas entidades, os/as estudantes selecionaram um projeto por área (considerando a qualidade do projeto, a dimensão e a qualidade da informação apresentada pelos centros) para ser apresentado pelo respetivo C.C. no “I Encontro dos Centros Comunitários do

Norte”, evento realizado pela ESEP, o CSPSEV e a Câmara Municipal de Vizela.

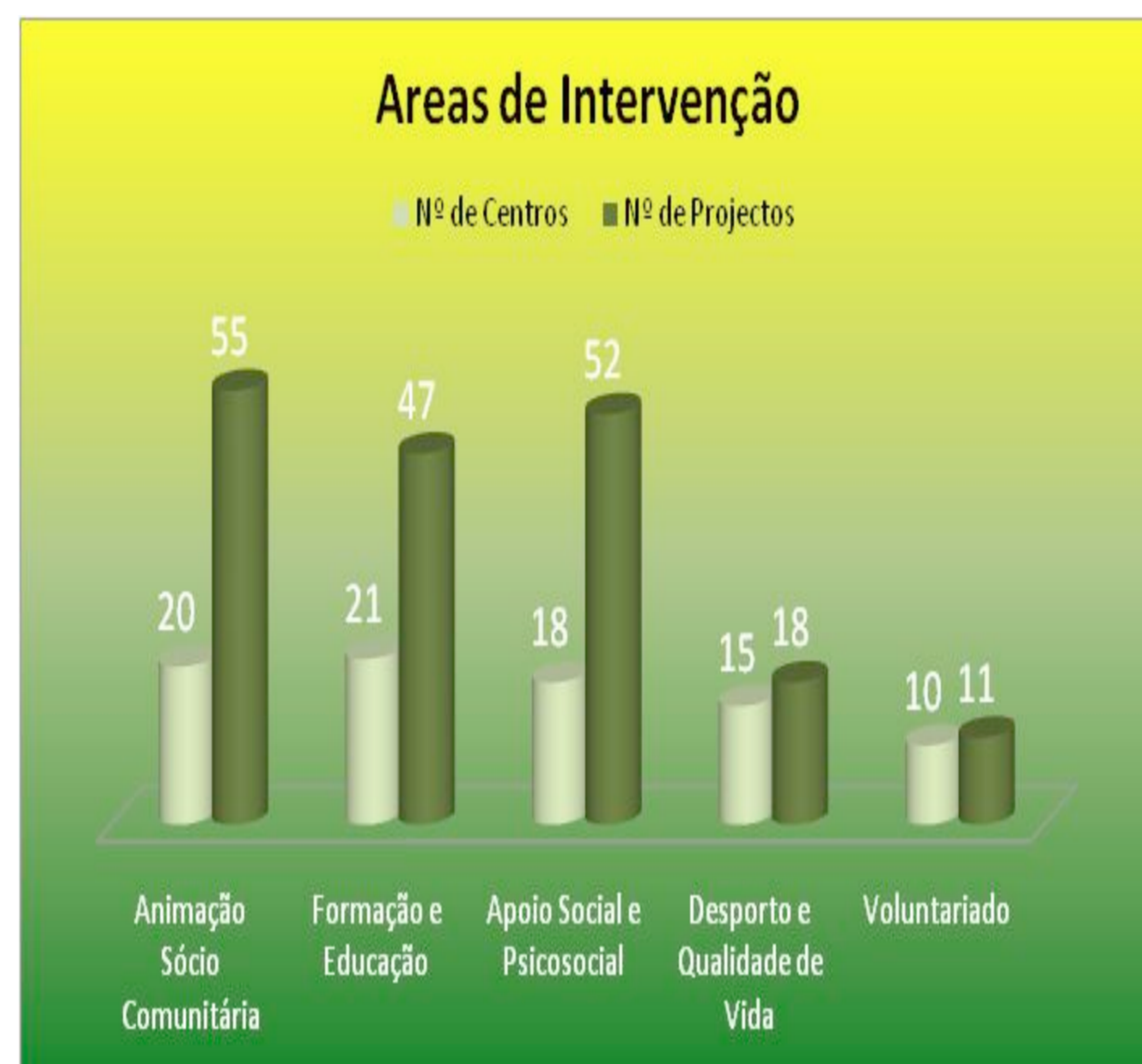


Figura 1 - Nº de Centros e Nº de Projetos por áreas de intervenção

O I E II ENCONTROS DOS CENTROS COMUNITÁRIOS DO NORTE

O primeiro encontro dos C.C., denominado «O Que Somos e O Que Fazemos?» decorreu no dia 20 de maio de 2011, na cidade de Vizela, contando com a participação de 30 instituições (28 C.C., o Centro Novas Oportunidades de Vizela e a Câmara Municipal local, como parceira deste encontro). O evento reuniu 65 pessoas, durante todo o dia e, para além da cerimónia de abertura, que contou com os presidentes das entidades parceiras e o presidente do Conselho Técnico Científico da ESEP, integrou três painéis temáticos. No primeiro painel, os C.C. foram abordados numa perspetiva de intervenção social por um representante do Instituto de Segurança Social do Distrito de Braga e numa perspetiva científica pelo representante da ESEP. Importa salientar que, na ocasião, foi referenciado pelo representante da Segurança Social a possibilidade de alterações das modalidades dos Acordos de Cooperação estabelecidos para esta resposta social, ou seja, a mudança de acordos atípicos para típicos, causando alguma indignação por parte dos dirigentes por colocar em causa a verdadeira génese dos C.C., em que a não tipicidade surge como forma de responder aos problemas reais, específicos e locais de cada realidade social.

Nos dois painéis seguintes, foram apresentados diversos projetos em diferentes áreas, nomeadamente: o projeto “Universidade Popular”, pela Associação Cultural e de Educação Popular da Meadela (Viana do Castelo), na Área de Educação e Formação; na área de Animação Sociocomunitária foi apresentado o trabalho desenvolvido pela Associação para o Desenvolvimento Social da Póvoa de Lanhoso, do C.C. do Vale do Cávado (Música na Ponta do Pé); na área de Ação Social e Psicossocial, o projeto Integrado de Reabilitação Urbana da Associação de Solidariedade Social do Bairro João Paulo II (Felgueiras); na área de Voluntariado, a Associação Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso, do C.C. da Trofa, apresentou o projeto Banco Local de Voluntariado; e, por fim, na área de Desporto e Qualidade de Vida, foi apresentado o projeto Gimnovilla pela Associação do Porto de Paralisia Cerebral e o projeto “Holly Tean” do C.C. de Vermoim/Sobreiro da Santa Casa da Misericórdia da Maia. Seguiram-se

as reflexões finais, que integraram a apresentação dos resultados da pesquisa realizada pelos/as estudantes e foi discutida a possibilidade de manter estes encontros em anos posteriores. Sem dúvida, este I Encontro possibilitou a partilha, o debate e a reflexão, abrindo espaços para potenciais parcerias, e todos manifestaram a intenção de dar continuidade a estas partilhas, alicerçando sinergias importantes e úteis para o desenvolvimento de ações sustentadas.

Esta intervenção incentivou relações interinstitucionais que progressivamente se têm vindo a desenvolver, visíveis nos contactos estabelecidos entre as direções dos diversos C.C. e, em particular, na realização do “II Encontro dos Centros Comunitários”.

O segundo encontro decorreu no dia 21 de maio de 2013, na ESEP, e foi organizado pelos estudantes do 1.º ano da terceira edição do mestrado sob o tema «Para onde vamos... Por onde vamos...». Teve como finalidade problematizar as vivências das profissionais do trabalho social e debater a mudança do paradigma de financiamento dos C.C.. Estiveram presentes 45 representantes de 18 C.C. (14 do distrito do Porto, 3 do distrito de Braga e 1 do distrito de Viana do Castelo), 10 instituições justificaram a ausência alegando o horário e/ou local de realização. O evento também contou com a presença de alguns alunos de todas as edições deste mestrado, com alunos da licenciatura em Educação Social e com docentes da ESE.

Este encontro privilegiou temas de interesse dos vários centros e, fundamentalmente, permitiu aos centros uma ação concertada sobre a futura política de financiamento do Estado, já levantada no primeiro encontro, em 2011, e atualmente referida no Acordo de Cooperação, de 2013, assinado pela Segurança Social, Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e União das Mutualidades Portuguesas (UMP). O Protocolo de Cooperação 2013 (<http://www4.seg-social.pt/>) referencia que os acordos atípicos serão revistos, o que causa grande apreensão entre os directores dos C.C.

Os pontos 5 e 6 do referido acordo revelam que esta alteração será realizada gradualmente, sem prescindir das situações em

que a atipicidade se justifique, cabendo às partes envolvidas estudar a sua forma de tipificação, visando a gradual convergência e correção.

Para além da abertura oficial pelo Presidente do Conselho Técnico Científico da ESE, as quatro horas previstas para o encontro foram divididas em dois painéis temáticos. O primeiro incidiu sobre as circunstâncias do trabalho social, envolvimento e esgotamento profissional dos trabalhadores sociais, contando com dois temas: o envolvimento profissional dos trabalhadores sociais e a Síndrome de Burnout e a atividade profissional (conferências feitas por duas especialistas e com os testemunhos de um diretor técnico e um auxiliar de ação direta). No segundo painel discutiu-se o novo modelo de financiamento, sendo convidados representantes da Segurança Social e da Confederação Nacional das Instituições Sociais (CNIS), que declinaram o respetivo convite. Na impossibilidade de contar com representantes da Segurança Social e da CNIS, o segundo painel foi assumido pelo diretor de um C.C. e uma docente da ESE. A partir de um debate aberto, ficou evidenciado que transformar esta resposta atípica para típica contraria os princípios destes centros que atuam numa realidade concreta, exigindo intervenções específicas e adequadas aos contextos: não se devem replicar projetos, uma vez que estes deverão ser concebidos e desenvolvidos com os sujeitos, em função das necessidades locais, pessoais e familiares. Assim, se, por um lado, os acordos típicos garantem uma forma mais uniforme da tutela acompanhar as instituições, por outro, podem gerar a inviabilidade de se resolver os problemas de natureza regional.

Partindo deste pressuposto, foi decidido, por unanimidade, pelos C.C. presentes, o envio de uma carta, solicitando ao Ministro da Segurança Social esclarecimento sobre o Protocolo de Cooperação, nomeadamente as potenciais mudanças na modalidade de financiamento e a perspetiva para o futuro próximo dos C.C. (documento enviado a 23 de maio de 2013).

Em resposta enviada a 17 de novembro de 2013, o Presidente do Conselho Diretivo da Segurança Social informou que foi constituído um grupo de trabalho, envolvendo a Segurança Social, a UMP, a CNIS e a UMP para desenvolver um estudo a fim de

operacionalizar o compromisso estabelecido no Protocolo de Cooperação 2013, definindo, de forma gradual, quais as respostas sociais que passarão de acordos atípicos para típicos. Concluiu o documento com uma palavra de apreço, congratulando a iniciativa desencadeada no âmbito do mestrado, ressaltando a sua importância para a partilha das práticas sociais e enfatizando que os contributos destes encontros serão considerados nas conclusões do grupo de trabalho.

Este documento foi encaminhado por correio eletrónico para todos os C.C., incluindo aqueles que não estiveram presentes em nenhum dos encontros.

Firmada a certeza da importância destes encontros, juntam-se ideias para a organização no ano letivo 2014/2015 do “III Encontro dos Centros Comunitários”.

CONCLUSÕES

A investigação e os encontros realizados tiveram como principal objetivo a criação de um espaço para a construção do conhecimento centrado na reflexão crítica partilhada sobre o trabalho social desenvolvido pelos C.C., à luz da educação e intervenção social, estreitando relações e criando novas sinergias para a mudança. Este espaço abre perspectivas e potencialidades para um fazer educativo que exige dos profissionais mais do que competência técnica: exige ética e exige o exercício da cidadania, na condição de formar homens e mulheres conscientes da(s) sua(s) realidade(s) e dos problemas do seu país. É um fazer educativo de profissionais não indiferentes aos problemas das pessoas e das instituições que, provavelmente, os acolherá para o exercício da sua profissionalidade. A educação deve ser considerada como um processo de desenvolvimento integral do homem e da mulher, baseando-se numa relação “dialógica” e transparente, desenvolvida num tempo e num espaço específicos, capaz de formar homens e mulheres conscientes, críticos e socialmente envolvidos porque, como diz Freire (2003),

somente um ser capaz de sair do seu contexto, de distanciar-se dele para ficar com ele, capaz de admirá-lo para, objectivando-o, transformá-lo e, transformando-o, saber-se transformado pela sua própria criação, um ser que é e está sendo no tempo que é seu, um ser histórico, somente este ser é capaz, por tudo isso, de comprometer-se (...) (p. 17).

Graças ao envolvimento participativo dos/as estudantes do 1º ano do Mestrado em Educação e Intervenção Social, foi possível realizar, em primeira mão, um levantamento aprofundado de informações sobre a natureza do trabalho dos C.C. da região Norte. Posteriormente, contando com a implicação dos diretores dos próprios centros, foi possível promover momentos de divulgação e de partilha das práticas e das vivências comunitárias. Uma iniciativa reveladora e potenciadora de sinergias entre as entidades, os seus dirigentes e os seus técnicos, criando, a partir daqui, parcerias e fóruns de discussão.

Estas iniciativas permitiram conhecer uma multiplicidade de áreas de intervenção e de respostas sociais diversificadas desenvolvidas pelos C.C. da região Norte, refletindo e contribuindo para a emergência do terceiro setor em Portugal. De igual modo, foi possível identificar projetos inovadores, criativos e reconhecer uma vasta realidade institucional, até ao momento não estudada, mas que carece de aprofundamento, de forma a tornar possível um maior conhecimento sobre as implicações desta resposta na realidade social portuguesa, bem como sobre o impacto da ligação do ensino superior politécnico à realidade social.

Em conclusão, os Encontros dos C.C. assumiram um papel fundamental para a criação e a consolidação de vínculos sociais, reforçando as relações interinstitucionais e perspectivando soluções conjuntas. As reflexões obtidas neste processo participado apontam para a emergência de novas práticas de participação na defesa do interesse coletivo e para a importância de uma voz única na defesa da não tipicidade dos C.C. para assegurar a sua verdadeira natureza.

Surgem, agora, algumas pistas de investigação futuras: aprofundar o conhecimento e o debate dos C.C. a nível nacional, dada a escassa investigação científica nesta temática, explorar o impacto da tipicidade, caso o acordo se altere, criar plataformas interinstitucionais ao nível do tecido social e consolidar a sua ligação com o ensino superior politécnico. Estas, como outras que podem surgir, são portas de entrada para a construção de um conhecimento científico, útil, local e, simultaneamente, global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bonfim, C., Saraiva, M., Curto, M., Abrantes, M., & Ferreira, S. (2000). *Centro comunitário* (Guiões Técnicos N.º15). Lisboa: Direção Geral de Acção Social – Núcleo de Documentação Técnica e Divulgação.
- Coutinho, C. P. (2013). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. Coimbra: Edições Almedina.
- Freire, P. (2003). *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Decreto-Lei n.º 214/2007. Diário da República – I Série, N.º 103 – de 20 de maio de 2007, pp. 3486-3490.
- Instituto de Segurança Social. (2007). *Manual/linhas orientadoras do apoio técnico às IPSS com acordos de cooperação*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto de Segurança Social. (2013). *Guia prático – constituição de instituições de solidariedade social*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Instituto da Segurança Social. (2014). *Guia prático – apoios sociais – família e comunidade em geral*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- Lei n.º 4/2007. *Leis de Bases da Segurança Social*. Diário da República – I Série, N.º 11 – de 16 de janeiro de 2007, pp. 345-356.
- Muñoz, J. M. (2009). Las competencias profesionales y la formación universitaria: posibilidades y riesgos. *Pedagogía Social. Revista Interuniversitária*, 16, 65-82.
- Nunes, R. S. (2008). Investigação-acção e responsabilidade social. *A Página da Educação*, 17 (174), 28.
- Portaria n.º 638/2007. Diário da República – I Série, N.º 104 – de 30 de maio de 2007, pp. 3555-3565.
- Pousado, C. (2012). *Contabilidade do 3.º sector: proposta de uma demonstração de impacto socioeconómico*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Soares, C. (2011). *A economia social e a sua sustentabilidade como factor de inclusão. Relatório final*. Lisboa: POAT/FSE.